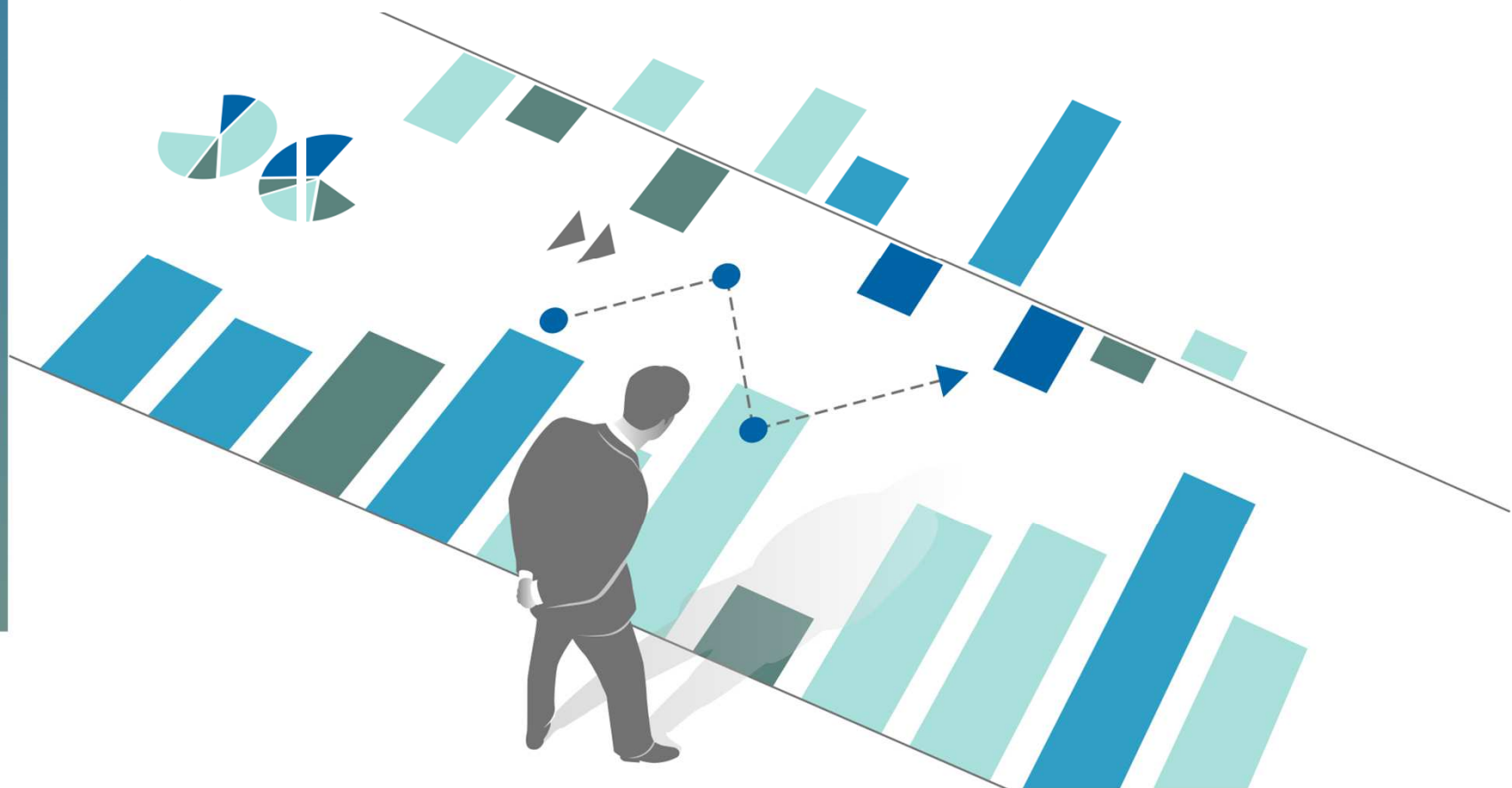


RTN
2019
setembro

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília, 30 de outubro de 2019



Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Set		Variação (2019/2018)		Setembro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.083.411	1.139.613	5,2%	1,3%	111.617	120.746	8,2%	5,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	186.770	203.562	9,0%	4,9%	15.009	17.724	18,1%	14,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	896.641	936.051	4,4%	0,5%	96.608	103.022	6,6%	3,6%
IV. DESPESA TOTAL	982.427	1.008.520	2,7%	-1,1%	119.634	123.394	3,1%	0,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	4.021	0	-100,0%	-100,0%	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-81.765	-72.469	-11,4%	-14,5%	-23.026	-20.372	-11,5%	-14,0%
Tesouro Nacional e Banco Central	73.350	92.785	26,5%	21,4%	8.446	13.147	55,7%	51,3%
Previdência Social (RGPS)	-155.115	-165.254	6,5%	2,7%	-31.472	-33.520	6,5%	3,5%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,6%	-1,4%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	73.855	93.166	26,1%	21,0%	8.501	13.242	55,8%	-
Resultado do Banco Central	-504	-381	-24,5%	-45,9%	-55	-95	71,2%	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-155.115	-165.254	6,5%	2,7%	-31.472	-33.520	6,5%	10,7%

Em setembro de 2019, o déficit primário foi de **R\$ 20,4 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 23,0 bilhões em setembro de 2018** (valores nominais).

No acumulado até setembro de 2019 houve **déficit primário de R\$ 72,5 bi**, frente a déficit de R\$ 81,8 bi em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até set/19: déficit de R\$ 72,4 bi
- Até set/18: déficit de R\$ 84,6 bi

[illegible]

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de set/19 – IPCA

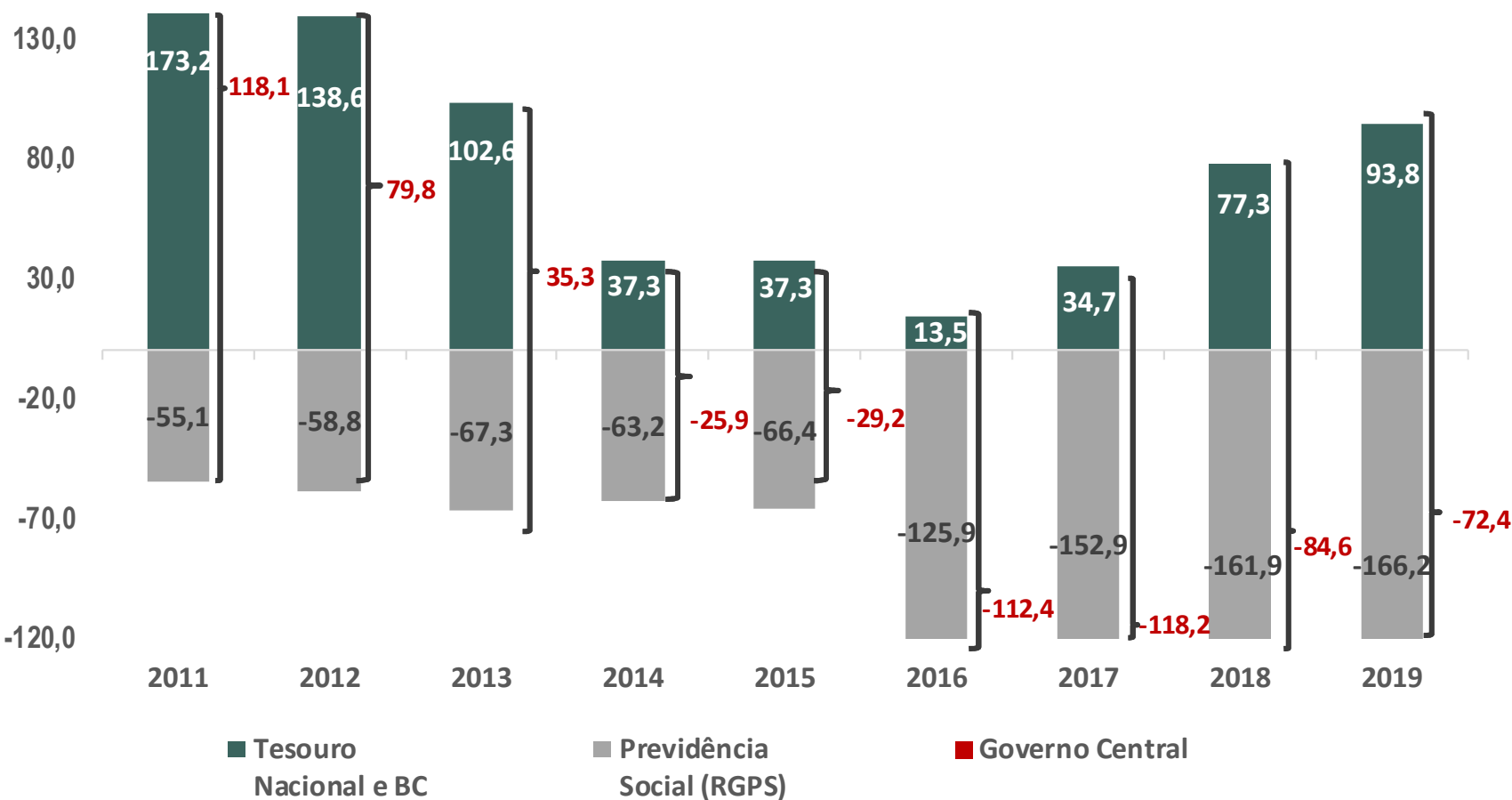


O **resultado primário** do **Governo Central** acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 111,8 bi**, equivalente a **1,57% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2019 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,94% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de set/19 – IPCA*



Nos primeiros nove meses de 2019 a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 166,2 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 93,8 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição setembro/2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Emendas	8,7	6,8	1,9
Ministério da Defesa	12,7	11,9	0,8
Ministério da Educação	20,3	19,5	0,8
Ministério da Cidadania	26,2	25,6	0,6
Demais	112,2	109,3	3,0
Total	180,1	173,0	7,1

Em setembro de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 7,1 bilhões (3,9% do limite de pagamento)** implicando redução de R\$ 3,6 bi em relação ao mês anterior.

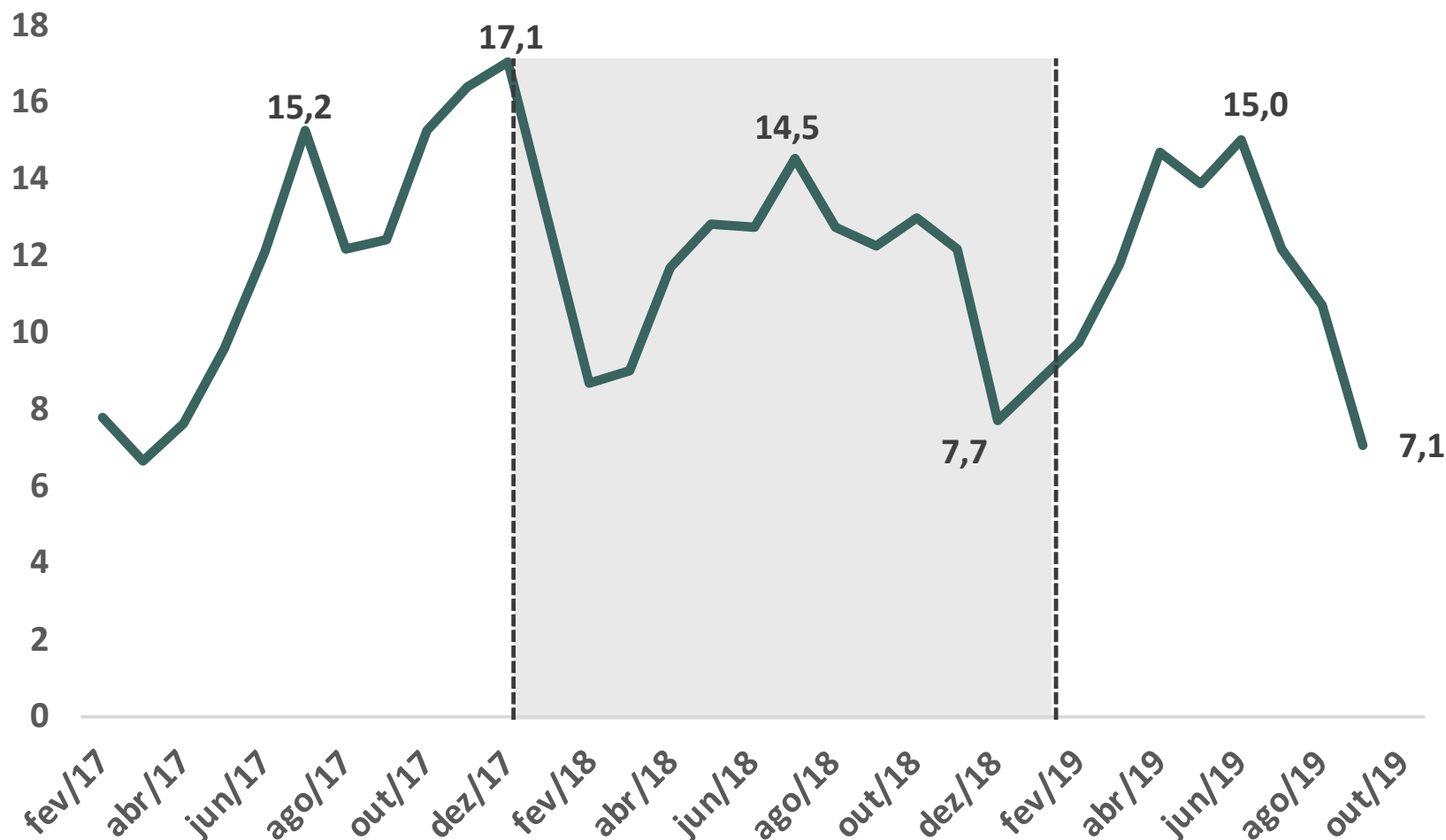
A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – 2017-2019
R\$ Bilhões – Valores Correntes



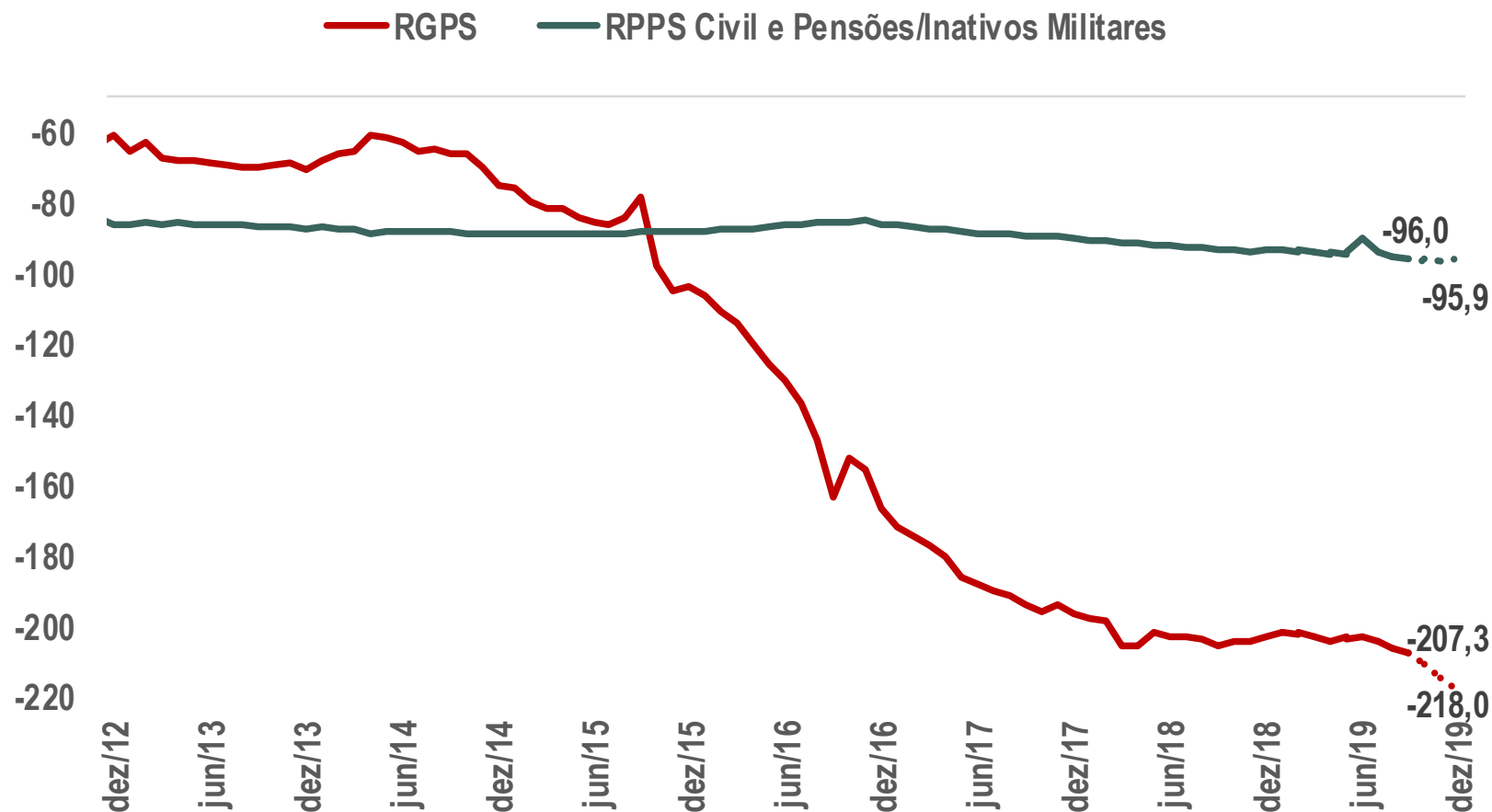
Em setembro de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 7,1 bilhões**, contra R\$ 10,7 bi em agosto. As maiores reduções ocorreram nos Ministérios da Saúde, Educação e Cidadania.

O empoçamento em setembro de 2019 também foi menor que em setembro de 2018 (R\$ 12,2 bi) e de 2017 (R\$ 12,4 bi).

** Para todos os anos, não há dados para o mês de janeiro, uma vez que o primeiro decreto de programação financeira é publicado apenas no fim de janeiro.*

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2012/2019 – R\$ Bilhões – A preços de set/19 - IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 303,3 bi** no Governo Central no acumulado em 12 meses até setembro de 2019, a preços de set/2019 – IPCA.

Projeta-se que, ao final de 2019, o déficit será de **R\$ 313,9 bi**, a preços de set/19 – IPCA, o equivalente a **4,4% do PIB**.

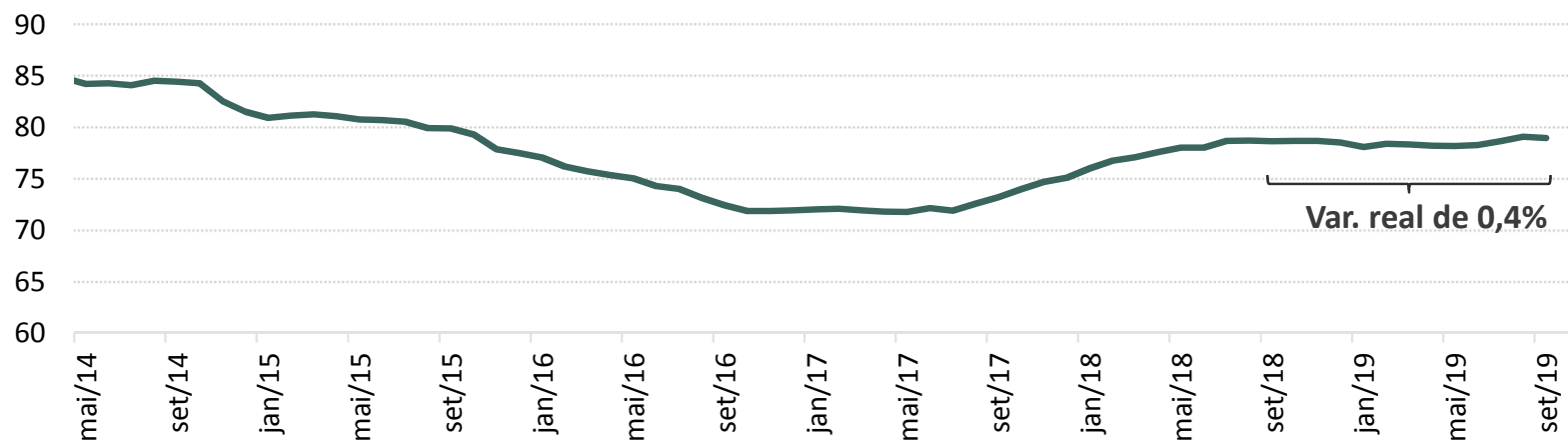
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

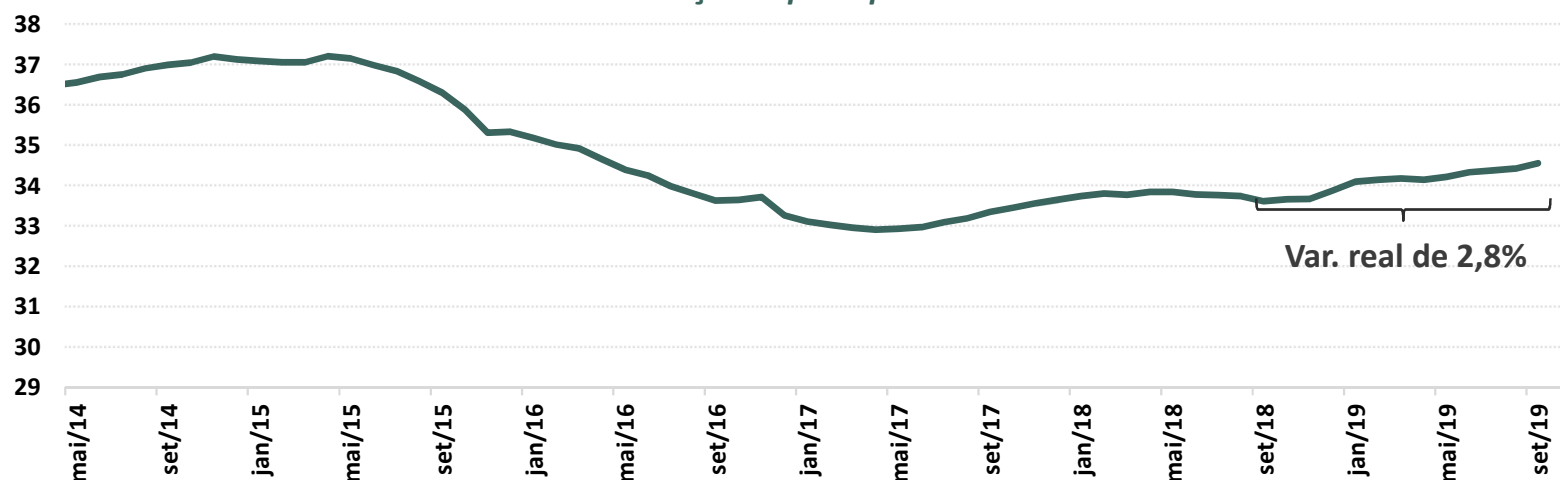
Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de set/19 - IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



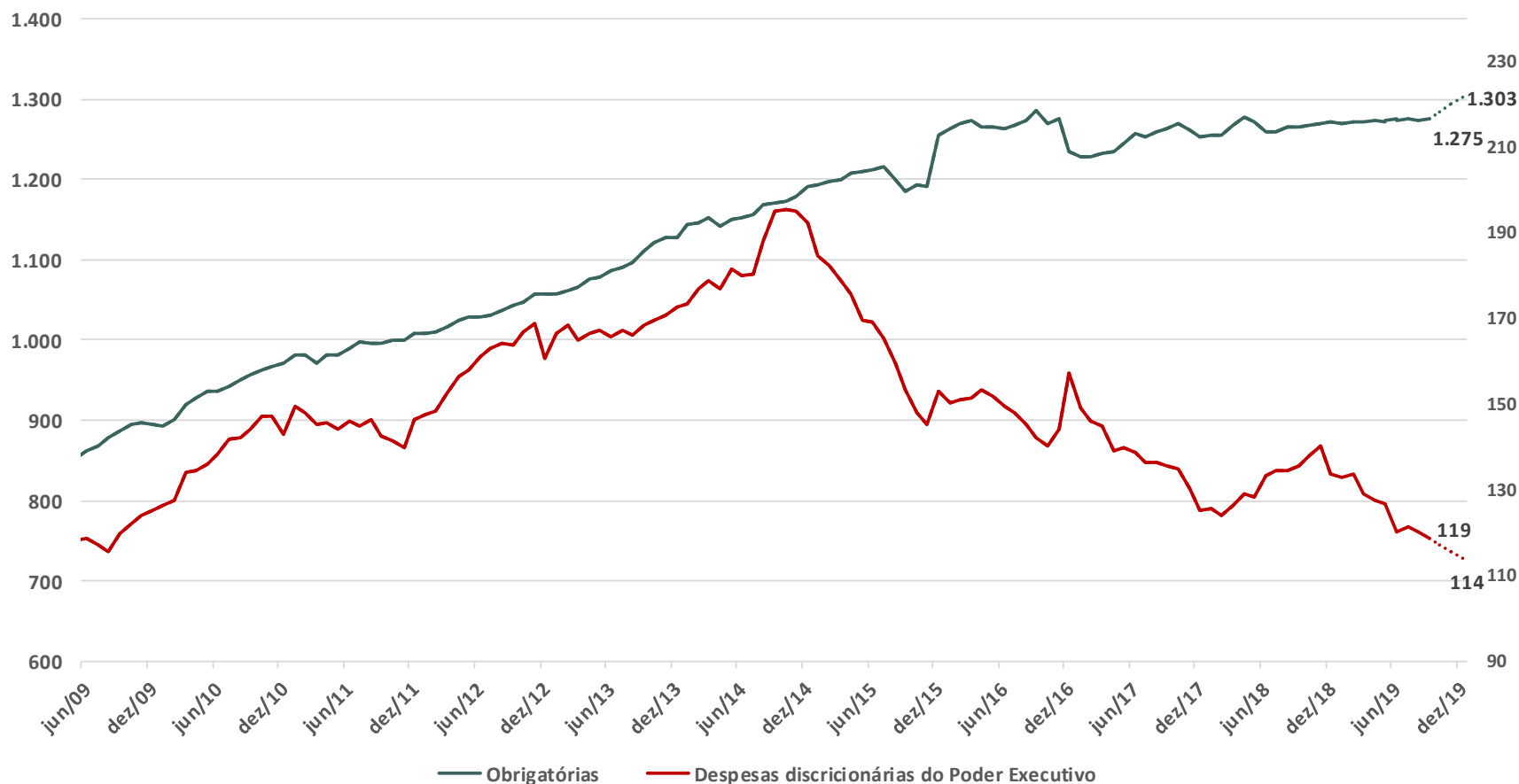
Arrecadação Líquida para o RGPS



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou crescimento real de **0,4%** em relação a setembro de 2018, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** subiu **2,8%** para o mesmo período.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de set/19 - IPCA



As despesas discricionárias atingiram R\$ 118,6 bilhões no período de 12 meses encerrado em setembro de 2019, o mesmo nível de setembro de 2009, em termos reais. Essas despesas são pressionadas pelo crescimento persistente das obrigatórias.

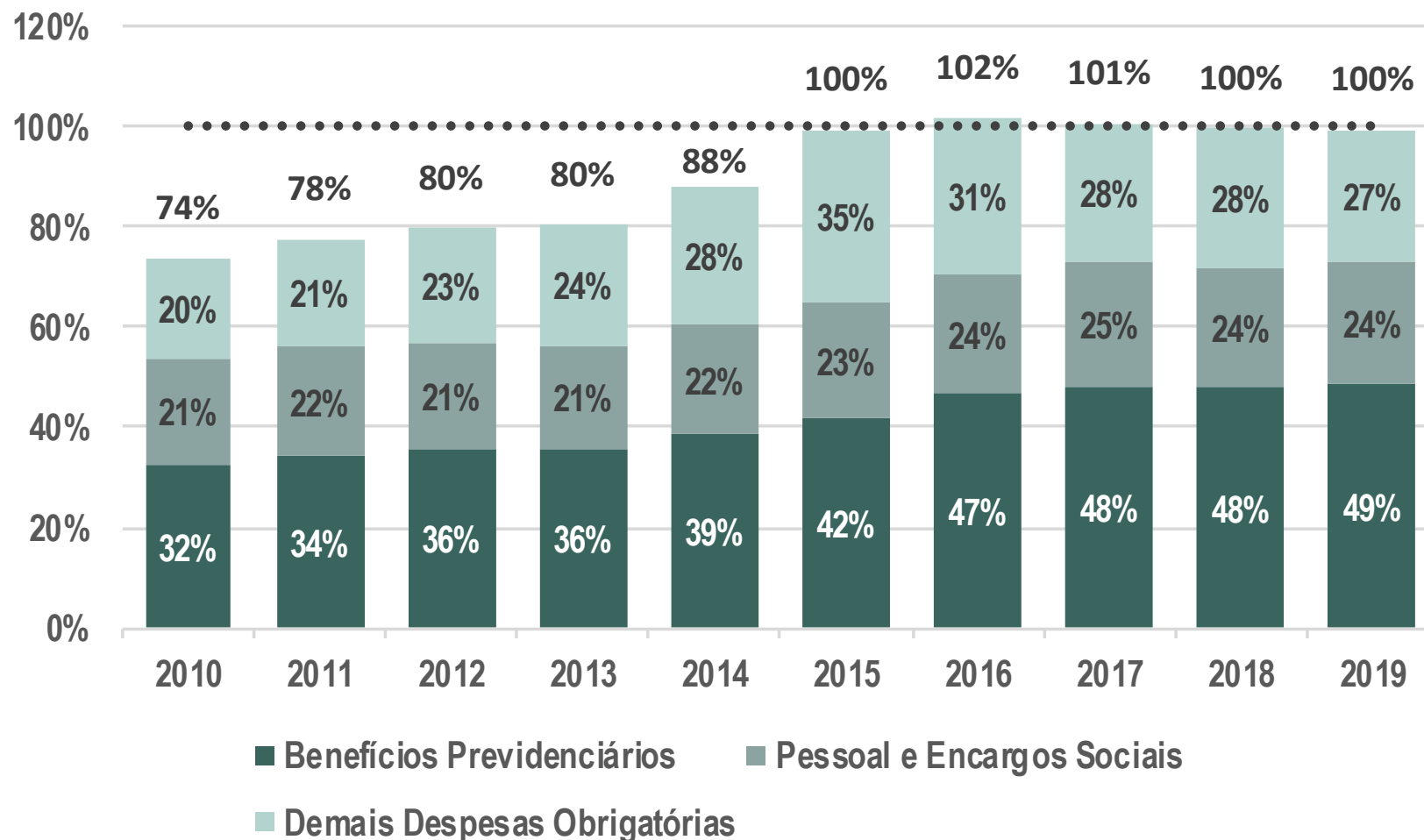
* (i) Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010;

(ii) Para estimativa do final de 2019 desconsidera reserva de R\$ 52.470,0 milhões sugerida no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo de outubro de 2019.

Fonte: Tesouro Nacional

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida – Brasil
2010 a 2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até setembro



Desde 2015, as **despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida**.

Para **retornar ao patamar de 2010** seria necessário uma **redução das despesas obrigatórias de R\$ 325,8 bi (4,6% do PIB)** ou uma **elevação da receita líquida de R\$ 441,4 bi (6,3% do PIB)**.

O desafio do **controle da despesa do governo central** nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, **gastos com previdência e despesas com pessoal**.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de set/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.026.609,2	1.014.821,4	-11.787,8	-1,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	447.970,3	460.471,7	12.501,4	2,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	353.260,4	364.765,3	11.504,9	3,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	94.710,0	95.706,4	996,5	1,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	226.673,3	228.708,4	2.035,1	0,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	160.928,8	151.732,2	-9.196,6	-5,7%
Abono e Seguro Desemprego	42.805,9	42.141,4	-664,5	-1,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	43.885,0	44.914,9	1.030,0	2,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.021,4	4.261,4	240,0	6,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.093,0	2.932,7	839,8	40,1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.169,9	8.241,9	-2.928,0	-26,2%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	11.449,8	11.981,0	531,2	4,6%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	9.391,6	7.964,7	-1.426,9	-15,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	14.077,5	14.756,6	679,1	4,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	13.354,7	10.132,9	-3.221,8	-24,1%
Impacto Primário do FIES	2.131,3	1.230,6	-900,7	-42,3%
Demais	6.548,7	3.174,0	-3.374,7	-51,5%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	191.036,8	173.909,1	-17.127,7	-9,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	104.433,6	102.290,2	-2.143,3	-2,1%
Discrecionárias	86.603,2	71.618,9	-14.984,4	-17,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	206.537,5	183.537,1	-23.000,4	-11,1%
Outras Despesas de Custeio	173.393,3	159.189,9	-14.203,4	-8,2%
Outras Despesas de Capital	33.144,2	24.347,2	-8.797,0	-26,5%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

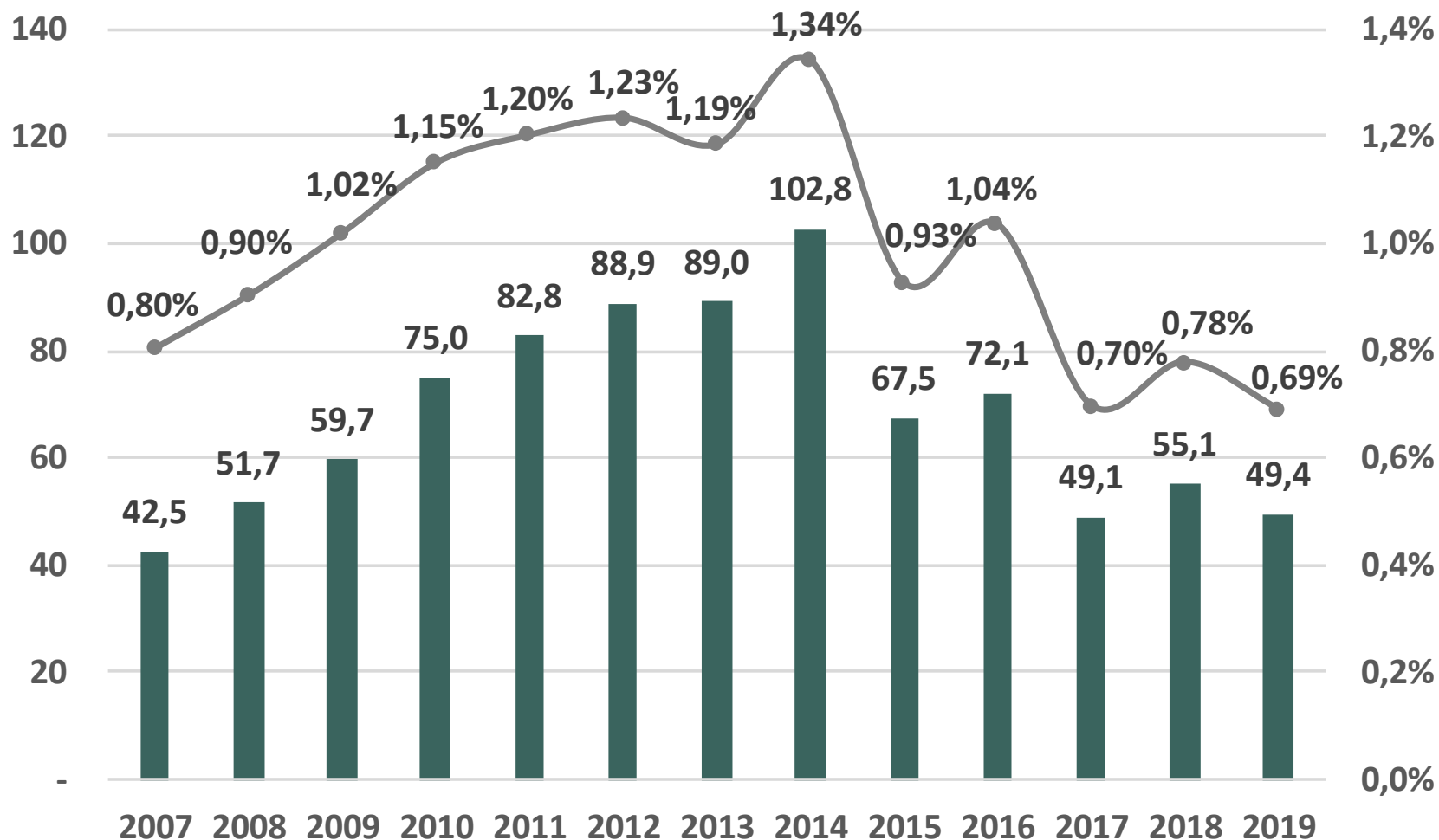
No acumulado no ano de 2019 a despesa total **diminuiu em termos reais (-1,1%)**. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários **(+R\$ 12,5 bi)**;
- Pessoal e Encargos Sociais **(+R\$ 2,0 bi)**;
- BPC da LOAS/RMV **(+R\$ 1,0 bi)**;
- Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha **(- R\$ 2,9 bi)**;
- Legislativo/Judiciário/MPU/DPU **(-R\$ 1,4 bi)**;
- Subsídios, Subvenções e Proagro **(- R\$ 3,2 bi)**;
- Discrecionárias **(-R\$ 15,0 bi)**.

Despesas do Governo Central

Investimentos

Despesas de Investimento como % do PIB e a preços de setembro/2019 IPCA - R\$ Bilhões
 2007-2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até setembro



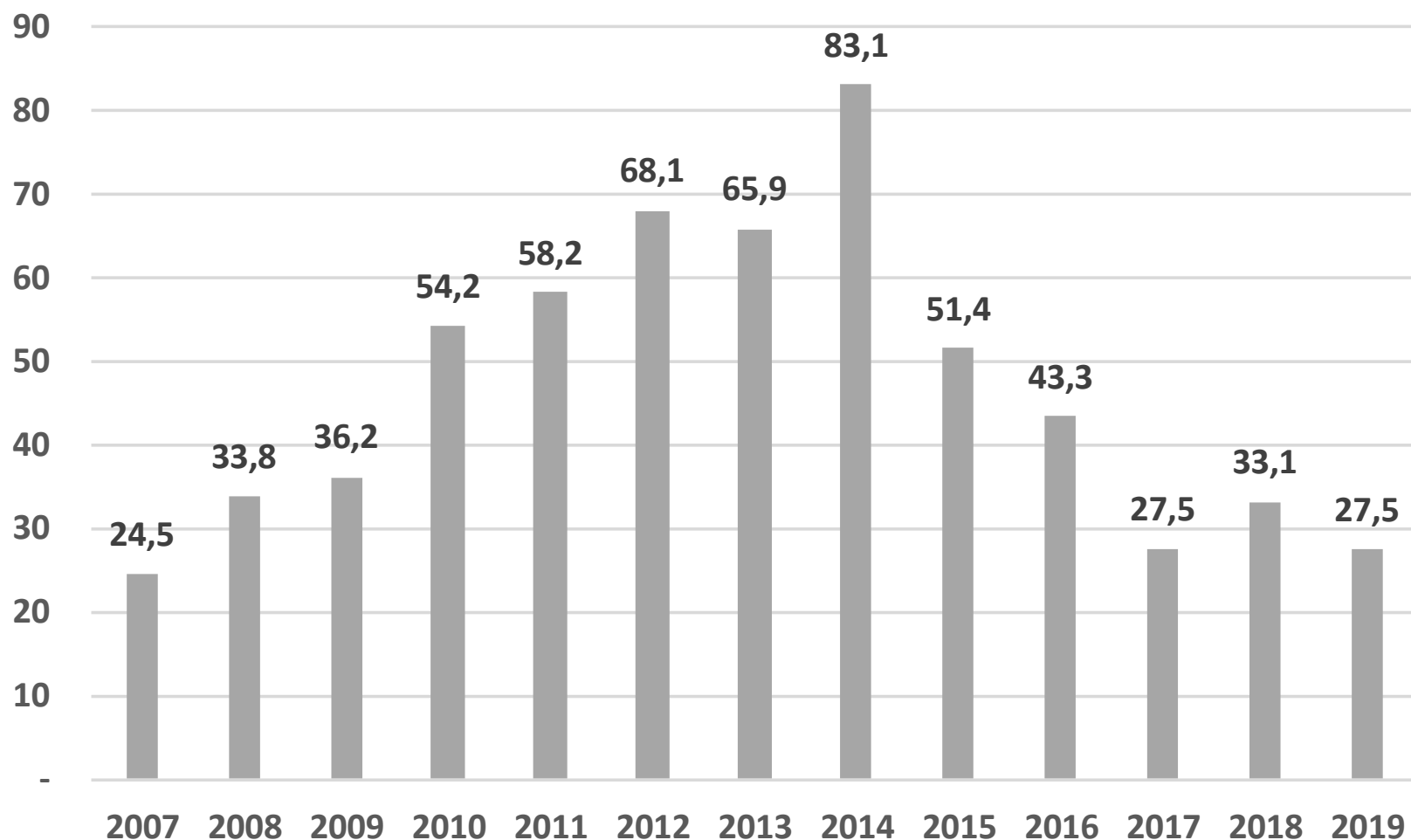
No acumulado em 12 meses até setembro de 2019, os **investimentos totalizaram R\$ 49,7 bilhões**. Em percentual do PIB, o nível de investimento está **inferior ao patamar do ano de 2007**.

A valores de setembro/19, o investimento acumulado em 12 meses foi **menor do que a metade do investimento de 2014**, topo da série histórica.

Despesas do Governo Central

Investimentos

Despesas de Investimento a preços de setembro/2019 IPCA - R\$ Bilhões
2007-2019: Acumulado de janeiro a setembro



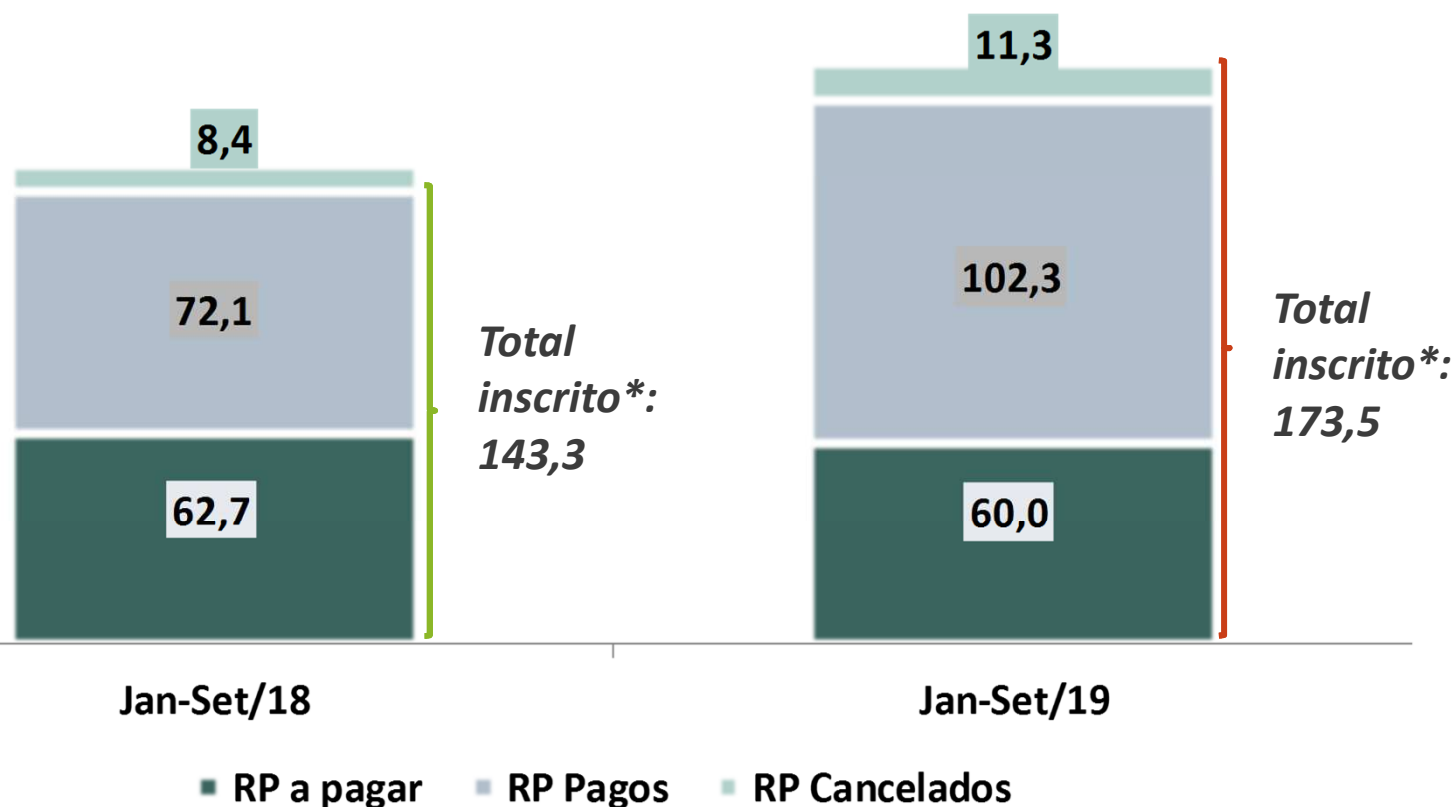
A valores de setembro/19, o **investimento acumulado nos oito primeiros meses de 2019** foi R\$ 27,5 bi, cerca de um terço do valor para o mesmo período de 2014, topo da série histórica.

Esses dados ilustram a importância de uma ampla **revisão das despesas obrigatórias e da rigidez orçamentária, que comprimem o investimento**. É importante também o fortalecimento das instituições de gestão do investimento público e um esforço de priorização de projetos, para adequação ao cenário fiscal.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até setembro de 2019 correspondeu a **R\$ 100,2 bilhões**, contra **R\$ 72,1 bilhões** no ano anterior.

A elevação de R\$ 30,3 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bi, montante que foi pagos em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza R\$ 60,0 bilhões, muito próximo ao estoque de R\$ 62,7 bi em 2018.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<http://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/publicacao-2019-02-20-8607791904>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2018



R\$ 1.284.776.897.036,60

Limite para 2019



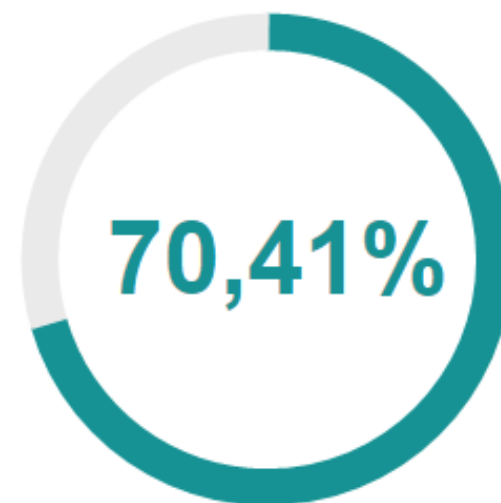
R\$ 1.407.052.612.991,00

Pagamento acumulado em 2019



R\$ 990.708.754.506,70

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)

bilhões



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	990.709	1.407.053	70,4%
II.1 Poder Executivo	946.307	1.343.213	70,5%
II.2 Poder Legislativo	8.576	12.419	69,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.033	6.040	66,8%
II.2.2 Senado Federal	3.097	4.329	71,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.447	2.050	70,6%
II.3 Poder Judiciário	30.792	44.447	69,3%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	484	701	69,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.015	1.494	67,9%
II.3.3 Justiça Federal	7.938	11.369	69,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	375	543	69,1%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.119	7.486	68,4%
II.3.6 Justiça do Trabalho	13.850	19.963	69,4%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.901	2.669	71,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	111	222	49,9%
II.4. Defensoria Pública da União	379	576	65,9%
II.5 Ministério Público da União	4.655	6.398	72,7%
II.5.1 Ministério Público da União*	4.594	6.309	72,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	60	89	67,9%

*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Set		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA*)
	2018 (a)	2019 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	960.454	990.709	3,2%	9,3%
II.1 Poder Executivo	918.669	946.307	3,0%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	7.998	8.576	7,2%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.787	4.033	6,5%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	2.869	3.097	7,9%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.342	1.447	7,8%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	29.058	30.792	6,0%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	425	484	14,0%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	958	1.015	5,9%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	7.525	7.938	5,5%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	349	375	7,3%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.789	5.119	6,9%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	13.161	13.850	5,2%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.761	1.901	7,9%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	90	111	23,2%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	388	379	-2,3%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	4.342	4.655	7,2%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União*	4.290	4.594	7,1%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	52	60	16,8%	17,6%

*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

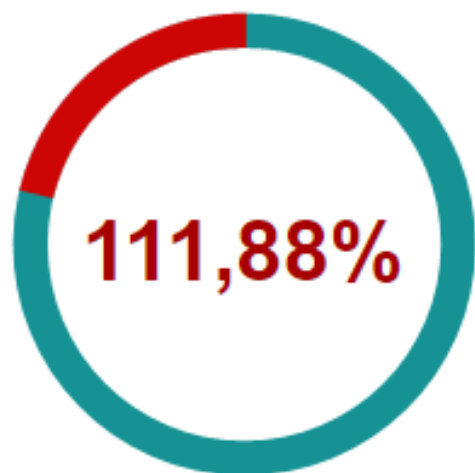
Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Selecione o mês
de referência

set/19 ▼

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -99,69

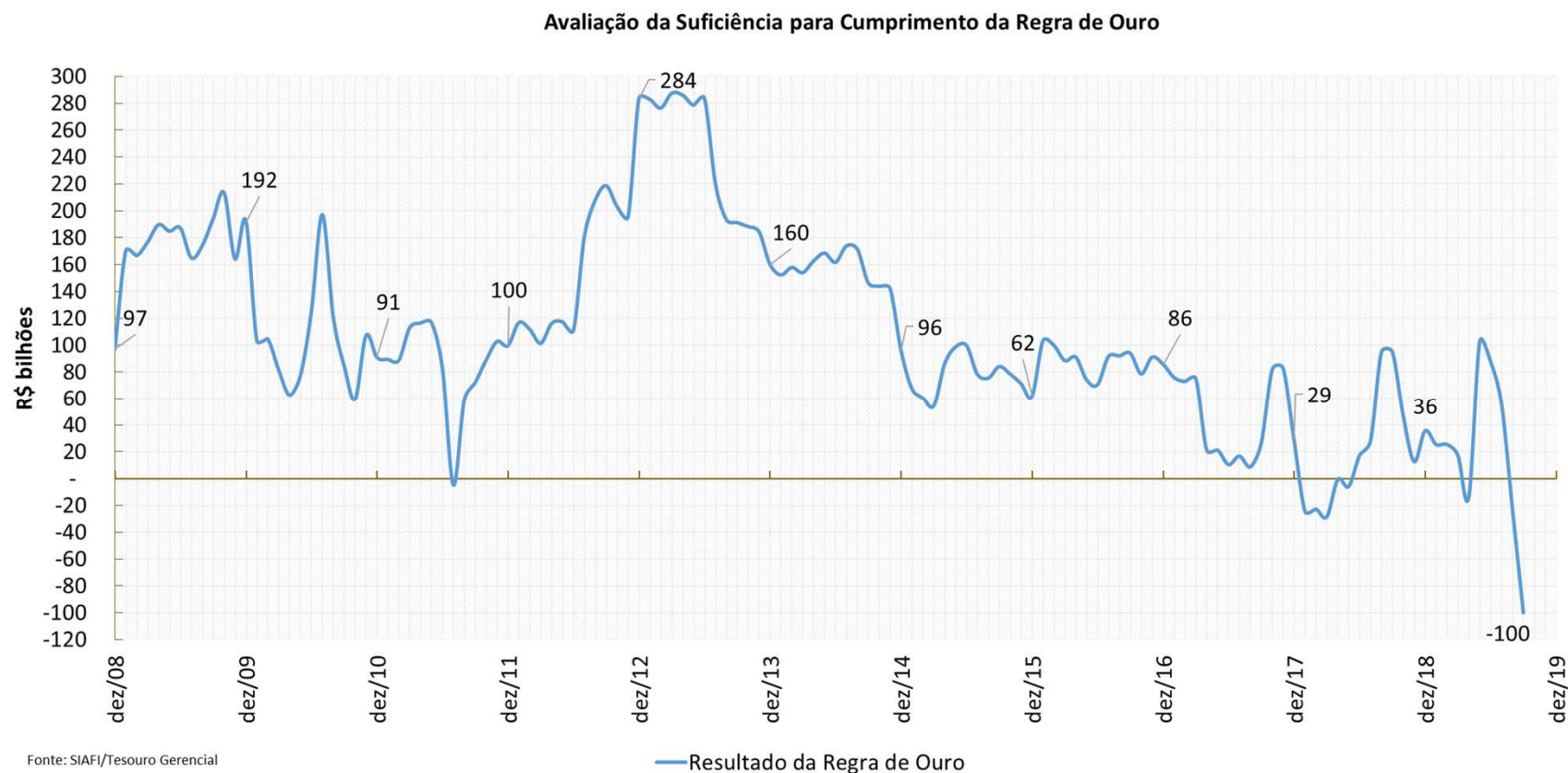
Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	8,46	648,86	839,08
Receita Considerada	64,20	743,76	938,76
Receitas de Operações de Crédito	63,60	753,71	918,12
(-) Variação do colchão da dívida	-0,60	9,95	-20,64
Resultado	-55,75	-94,90	-99,69

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No acumulado em 12 meses até setembro/2019, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 99,7 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado **em bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2019/ 2020 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2019	2020	
		Sem superávit financeiro	Com superávit financeiro*
Despesas de Capital (I)	824,7	1.009,4	1.009,4
Investimentos	24,8	19,5	19,5
Inversões Financeiras	68,1	79,0	79,0
Amortizações	731,8	910,9	910,9
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b - c)	796,7	1.371,4	1.168,8
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	990,9	1.197,9	1.197,9
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-54,7	-173,5	29,1
Operações de crédito ressalvas (PLN 4/19) (c)	248,9		
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	28,0	-362,0	-159,4

* Previsão de superávit financeiro de 2018 e 2019 a ser utilizado no pagamento de despesas em 2020 (detalhamento abaixo). O superávit a ser transposto para 2020 poderá ser menor caso haja alterações nos cenários de despesas de capital ou frustração em fontes de receitas de 2019.

Previsão de utilização do superávit financeiro	2019	2020
52 - Resultado Banco Central*	0,0	162,6
59 - Retorno OC (BNDES etc.)	30,0	40,0
Outras Fontes**	14,5	0,0
Total	44,5	202,6

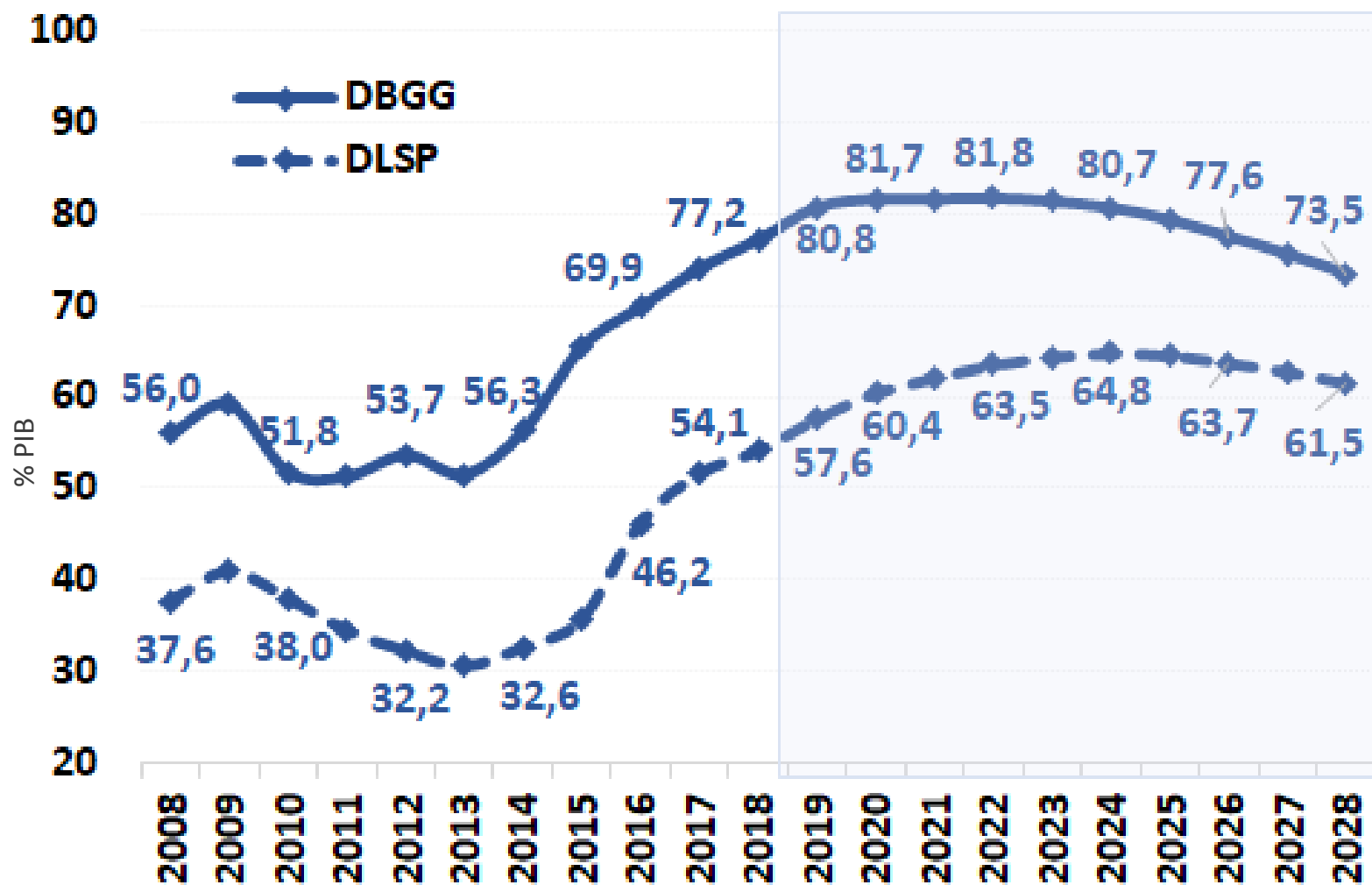
* Inclui parcela referente ao resultado recebido em 2018 (R\$ 141,2 bilhões) e parcela referente ao resultado recebido em 2019 (R\$ 21,4 bilhões).

**Fontes: 59 - Retorno de Op. Crédito; 73 - Retorno de Op. Crédito Estados e Municípios; 97 - Dividendos; e outras.

A aprovação do crédito **suplementar** por meio da Lei nº 13.843/2019 (referente ao PLN Nº 04/2019) torna possível transferir para 2020 fontes superavitárias como o resultado do Banco Central e o retorno antecipado do BNDES, para cobertura parcial da insuficiência da margem da Regra de Ouro naquele ano.

A deficiência remanescente de R\$ 159,4 bi estimada para 2020 deverá ser parcial ou totalmente coberta com os recursos do leilão da cessão onerosa e das futuras antecipações de pagamento da dívida do BNDES com a União, entre outras medidas.

Perspectivas para a dívida pública brasileira



Cenário macroeconômico: reduções recentes da taxa Selic e crescimento de 2,5% a partir de 2021.

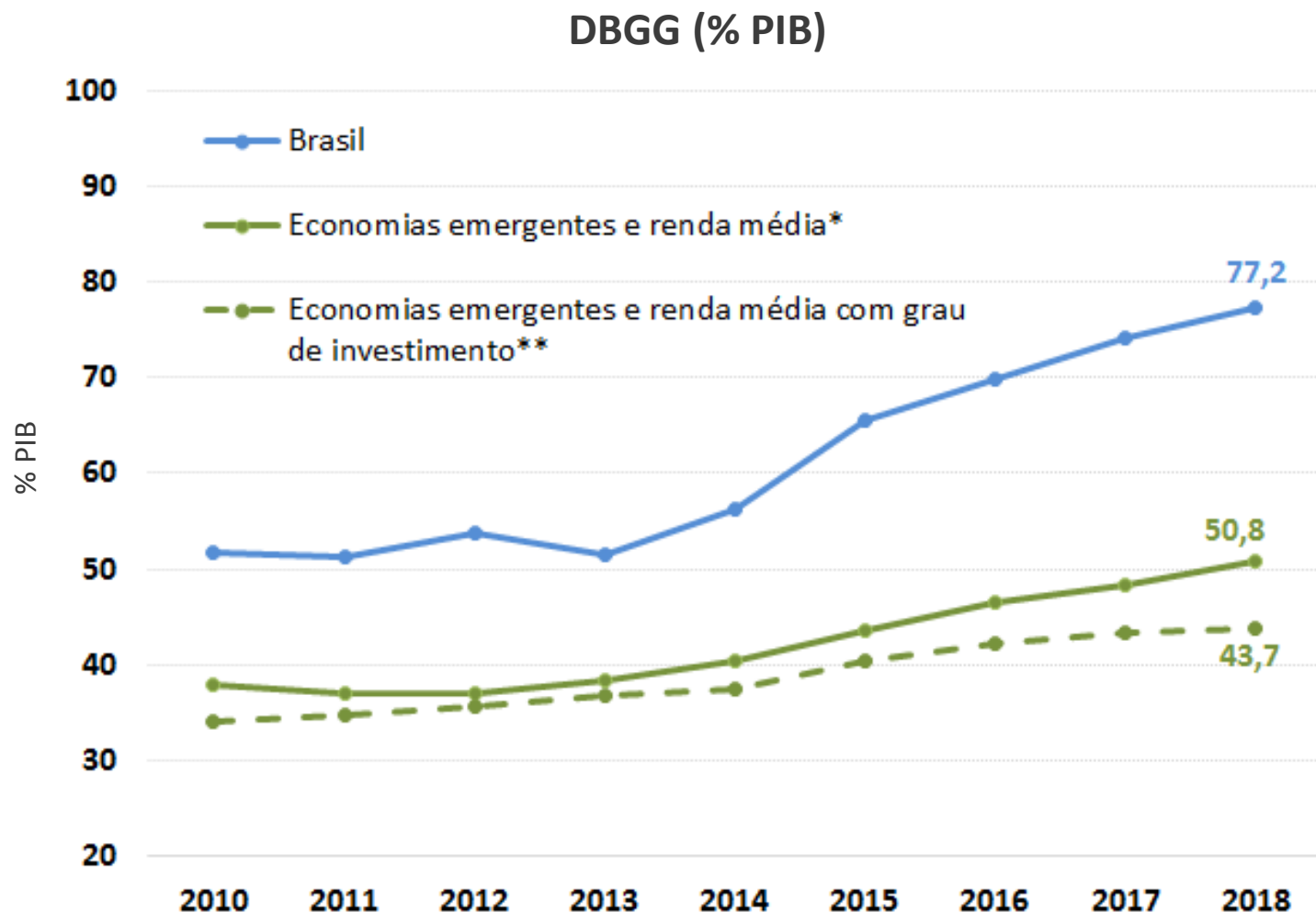
Cenário base em consonância com o teto de gastos e a geração de superávits primários a partir de 2023.

DBGG: reversão da trajetória de crescimento em 2023, após alcançar-se o pico de 81,8% em 2022.

DLSP: inflexão de sua trajetória de crescimento a partir de 2024, quando atingiria 64,8%.

Fonte: BCB e Tesouro Nacional (Projeções).

Comparação internacional dívida



Fonte: BCB (Brasil) e IMF (economias emergentes e renda média). Elaboração: STN.

* Classificação no Fiscal Monitor (IMF) de outubro de 2019.

** Grau de investimento em pelo menos uma das agências: Fitch (março 2019), Moody's (novembro 2018) e S&P (abril 2019).

Contexto: endividamento brasileiro é considerado alto frente a economias emergentes e de renda média.

Descolamento do nível de dívida brasileiro é evidente no pós-2014.

Um patamar de dívida mais baixo permitirá ao país recuperar espaço fiscal e vislumbrar a retomada do grau de investimento.

Sensibilidade do primário requerido a crescimento e juros

Redução da DBGG em 10% do PIB ao final de 2028 (primário anual médio 2020-2028)

DBGG/DLSP		Crescimento do PIB (média 2020-2028)		
		1,44%	2,44%**	3,44%
Selic (média 2020-2028)	5,59%	DBGG: 1,08% DLSP: 2,04%	DBGG: 0,27% DLPS: 1,47%	DBGG: -0,52% DLSP: 0,91%
	6,59%**	DBGG: 1,61% DLSP: 2,56%	DBGG: 0,81% DLSP: 1,96%	DBGG: 0,02% DLSP: 1,39%
	7,59%	DBGG: 2,15% DLSP: 3,10%	DBGG: 1,33% DLSP: 2,46%	DBGG: 0,55% DLSP: 1,87%

Fonte: STN.

** Ver cenário base no Anexo do relatório.

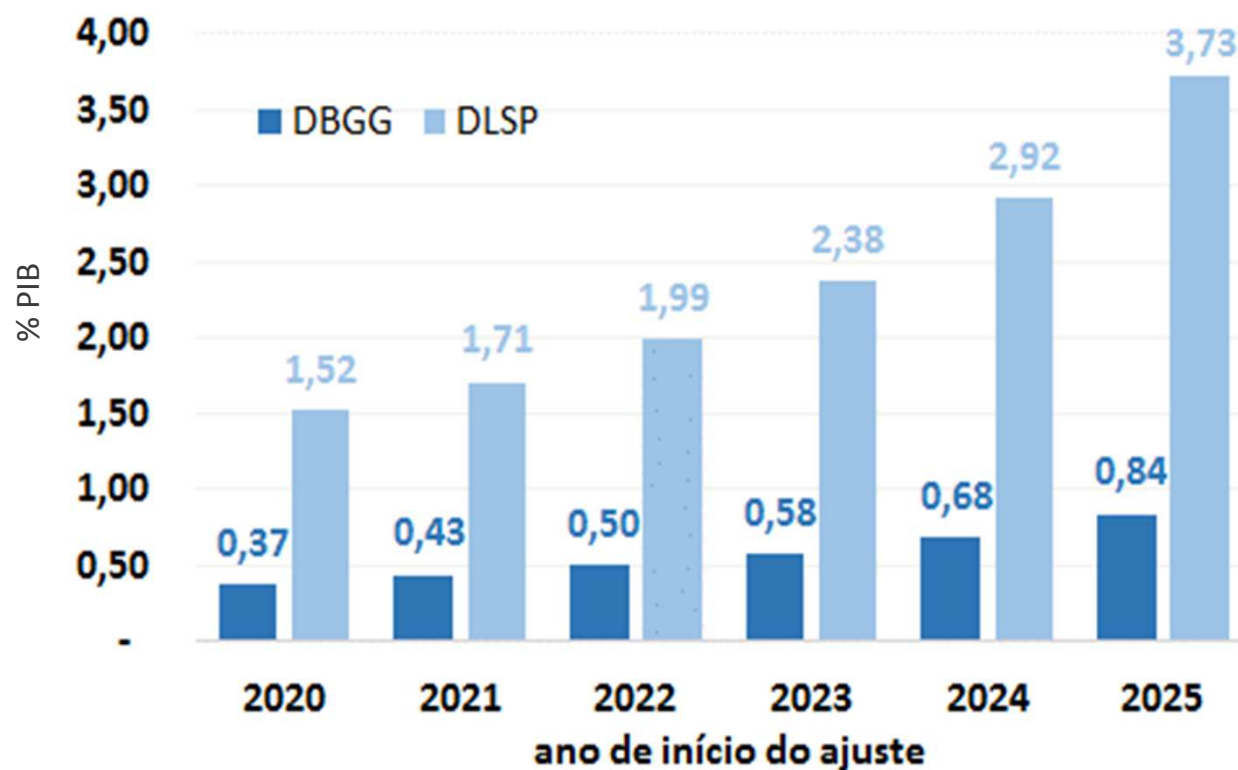
Resultado primário, no cenário base, tem média de 0,44% do PIB entre 2020-2028, bastante desafiador e insuficiente para reduzir a dívida em 10% do PIB.

O primário médio para reduzir a DBGG/PIB para cerca de 70% em 2018 seria de 0,81% do PIB.

Mas, fazer essa média significa sair de uma meta de déficit primário da ordem de 1,8% do PIB em 2019, para um superávit primário em torno de 2% do PIB a partir de 2026

Postergação do ajuste tem custo crescente...

Primário anual adicional sobre o cenário base
para reduzir a dívida em 10% em 2028



Fonte: STN.

Iniciando-se o ajuste em 2020, o primário adicional sobre a trajetória base é de 0,37% do PIB para reduzir a DBGG e 1,52% do PIB para a DLSP.

Postergação do ajuste tem custo crescente, podendo, inclusive, inviabilizar o alcance de níveis de dívida menos arriscados em um horizonte temporal razoável, dado o tamanho do esforço fiscal adicional necessário.

paq Tesouro

Plataforma Online de pagamentos do **Tesouro Nacional**

Maior agilidade para a **GRU**

Compensação instantânea

Menos burocracia e **mais eficiência**



SECRETARIA ESPECIAL DE
FAZENDA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

